

**PROJETO DE LEI**

**DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA  
MUNICIPAL DO INSTITUTO BENTINHO**

**O Prefeito Municipal de Cuiabá-MT:** Faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá/MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal do Instituto Bentinho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

A Instituição Bentinho, constituída sob a forma de associação civil sem fins lucrativos ou econômicos e estabelecida por prazo indeterminado, solicita o reconhecimento de Utilidade Pública Municipal em razão da relevância social, científica e comunitária de suas atividades.

A associação tem como finalidade precípua a promoção da saúde humana, atuando de maneira ampla na prevenção de agravos, no desenvolvimento de tecnologias e na disseminação de conhecimentos voltados à melhoria da qualidade de vida da população.

A Bentinho desempenha um papel essencial ao conduzir estudos, pesquisas e ações voltadas ao desenvolvimento de tecnologias alternativas que contribuam para o avanço da assistência à saúde. Suas iniciativas abrangem a produção e divulgação de conhecimento técnico e científico, elementos indispensáveis para fortalecer práticas de cuidado, prevenção e reabilitação em saúde, beneficiando diretamente a comunidade local.

Além disso, a instituição realiza atividades ligadas direta e indiretamente à assistência médica, hospitalar, odontológica e aos serviços de apoio diagnóstico, ampliando o acesso da população a cuidados de saúde qualificados, atualizados e baseados em evidências. Essas ações, oferecidas sem finalidade lucrativa, demonstram o compromisso da associação com o bem-estar coletivo e a redução das desigualdades no acesso aos serviços essenciais.

A declaração de utilidade pública municipal é de fundamental importância, pois possibilitará à Instituição Bentinho fortalecer sua capacidade operacional, ampliar projetos já existentes e desenvolver novas iniciativas voltadas ao atendimento da população, especialmente de grupos mais vulneráveis. Esse reconhecimento facilitará o estabelecimento de parcerias com o poder público, captação de recursos e expansão de suas atividades, maximizando o impacto positivo de seus programas na saúde pública e na qualidade de vida dos munícipes.

Vale frisar que todas as normativas impostas pelas LEI Nº 3158 DE 09 DE JULHO DE 1.993, que disciplina a declaração de utilidade pública municipal, publicada na gazeta municipal Nº 154 DE 09/07/93 alterada pela lei Nº



3.387 DE 24-11-94, publicada na GM Nº 229 DE 28-11-94 alterada pela lei Nº 5.037 DE 13-12-07, publicada na GM Nº 894 de 18-04-08, estão sendo adotadas, como seguem em exposto;

LEI Nº 3158 DE 09 DE  
JULHO DE 1.993  
DISCIPLINA A  
DECLARAÇÃO DE  
UTILIDADE PÚBLICA  
MUNICIPAL. AUTOR:VER.  
EMANUEL PINHEIRO  
DANTE MARTINS DE  
OLIVEIRA - Prefeito  
Municipal de Cuiabá-MT. Faço  
saber que a Câmara Municipal  
de Cuiabá, aprovou e eu  
sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As Sociedades Cíveis, as  
Associações e as Fundações  
constituídas na cidade de  
Cuiabá com o fim exclusivo de  
servir desinteressadamente à  
coletividade podem ser  
Declarada de Utilidade Pública,  
provados os seguintes  
requisitos:

I - Apresentar certidão de  
registro dos estatutos em  
cartório, no livro de registro das  
Pessoas Jurídicas e a  
publicação no Diário Oficial,  
comprovando em cláusula  
estatutária o seguinte: a) que  
não renumera, por qualquer  
forma, os cargos da diretoria,  
conselhos fiscais, deliberativos  
ou consultivos e que não  
distribui lucros, bonificações ou  
vantagens a dirigentes,  
mantenedores ou associados,  
sob nenhuma forma e pretexto;  
b) exemplar dos estatutos  
devidamente autenticado pelo  
cartório das Pessoas Jurídicas.

II - Apresentar atestado de  
pessoa idônea, com



reconhecidos préstimos de interesse público, sobre o funcionamento e os serviços que prestou, comprovando o seguinte: a) que estão em efetivo e contínuo funcionamento nos últimos seis meses completos, imediatamente anteriores, com observância dos princípios estatutários; b) que servem desinteressadamente à coletividade;

III - Apresentar relatório discriminado, em número e por ano, dos serviços prestados, gratuitamente e não, nos últimos doze meses completos, para caracterizar a filantropia ou verificar os fins e a natureza predominante da candidata, comprovando o seguinte: a) que, através da apresentação de relatório circunstanciado dos últimos doze meses completos de exercícios anteriores à formulação do pedido, promove o Bem Estar Social, a educação ou exerce atividades de pesquisa científica, de cultura, inclusive artística, ou filantrópicas, estas de caráter geral ou indiscriminado, predominantemente;

IV - Apresentar declaração, por escrito, comprometendo-se a publicar anualmente a demonstração da receita e da despesa realizada no período anterior e os serviços que forem prestados a coletividade. a) será cassada a declaração de utilidade pública no caso de infração deste dispositivo;

V - Relação dos membros da atual diretoria e cópia da Ata de posse.



Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei nº 1.846 de 14 de setembro de 1.981. Palácio Alencastro, em 09 de julho de 1993. DANTE MARTINS DE OLIVEIRA.

Diante do exposto, resta evidente que a Instituição Bentinho atua de forma contínua, efetiva e relevante em benefício da coletividade, cumprindo funções que complementam e fortalecem as políticas públicas de saúde.

Por esses motivos, a declaração de Utilidade Pública Municipal revela-se medida justa, pertinente e necessária, reconhecendo oficialmente o valor social da associação e contribuindo para a continuidade e ampliação de seus serviços à comunidade.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 2 de dezembro de 2025

**Demilson Nogueira (Câmara Digital) - PP**

**Vereador(a)**

